



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia



Trabalho de Licenciatura

POR DETRÁS DAS GRADES

**Estudo sobre Recinto Prisional como Espaço Socialmente Dinâmico:
Caso da Cadeia de Máxima Segurança**

Autora: Cátia João Pinto Ferreira

Maputo, Novembro de 2011



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso de Licenciatura em Sociologia

Trabalho de Licenciatura

POR DETRÁS DAS GRADES

Estudo sobre o Recinto Prisional como Espaço Socialmente Dinâmico:
Caso da Cadeia de Máxima Segurança B.O

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Cátia João Pinto Ferreira
Supervisor: Dr. Baltazar Muianga

Maputo, Novembro de 2011

DECLARAÇÃO

Eu Cátia João Pinto Ferreira declaro que esta monografia resulta da minha investigação pessoal e nunca foi apresentada em nenhuma instituição de ensino para obtenção de qualquer grau académico. As fontes e resultados aqui apresentados resultam da busca intensa e de um processo de pesquisa e de leituras minuciosamente analisadas.

Maputo, Novembro de 2011

Cátia João Pinto Ferreira

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe Erdigarda João Pinto Ferreira, que como mãe solteira, tudo fez para que eu pudesse ter todo o amor e que não me falta-se nada durante o meu crescimento e educação, com sacrifício conseguiu lutar para que eu pudesse ter uma formação que ela não pude ter, e deste modo poder mostrar a todos que uma mulher solteira pode sim criar e cuidar dos seus filhos até que eles levantem as asas e voem bem alto elevando o nome de quem os deu apoio e amou.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus que tudo fez para que eu chega-se até aqui e por nunca ter me abandonado em momento algum.

A minha mãe Erdigarda Ferreira, a minha tia Izilda, e tia Hortência pela força, amor e paciência durante estes anos de muito trabalho.

Aos meus primos Atmir, Dércio e João Pinto Ferreira pela ajuda, paciência que tiveram comigo.

Aos meus familiares, amigos e a todos que directa e indirectamente contribuíram para a minha formação académica.

A minha turma de Sociologia do ano 2007-2010 que juntos percorremos um caminho de 04 anos de convivência para que concluíssemos o curso com sucesso, desejo que consigam alcançar os seus objectivos na vida e seguir adiante lutando pelos seus sonhos.

Agradeço ao meu grupo de estudo constituído pelos elementos, Reginaldo, Vany Tarcila, Silvana, Juntre, Maurício e Zandamela

Agradeço a cadeia de máxima segurança B.O pelo apoio e disponibilidade em fazer a minha pesquisa.

Agradeço as orientações, o apoio e empenho do meu Supervisor Baltazar Muianga.

O meu muito obrigado!

RESUMO

A reclusão e a privação da liberdade são as formas que muitas sociedades utilizam para corrigir comportamentos ou práticas consideradas desviantes nas sociedades. Espera-se que depois da reclusão o indivíduo tenha sido ressocializado e desenvolvido um comportamento que esteja em conformidade com a forma como os demais se comportam. Esta monografia versa-se sobre o assunto e apresenta uma abordagem que procura compreender o recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico.

Com enfoque para análise da Cadeia de Máxima Segurança de Maputo (B.O.), o problema parte de pressuposto que a prisão é um espaço onde os indivíduos desenvolvem relações e interações sociais que fazem com que os mesmos adoptem estilos de vida determinados, formem redes e grupos de forma a se integrarem naquele espaço. Assim, os dados empíricos mostram que há muitas dinâmicas que se formam na cadeia e que o facto do recluso estar desprovido do contacto com exterior sujeita-o a contingência de adoptar medida para se integrar e sobreviver na cadeia.

A conclusão a que se chega é a de que o recinto prisional comporta dinâmicas sociais que resultam das relações entre os prisioneiros bem como, das relações entre os prisioneiros e o pessoal de administração dos recintos prisionais. Teoricamente, a pesquisa se sustenta na abordagem de Goffman (1974) sobre as instituições totais. Os conceitos definidos são instituição social, ressocialização, rede social e prisão. A metodologia aplica a abordagem hipotético-dedutiva, procedimento monográfico e algumas técnicas como as entrevistas, a observação e a revisão de literatura.

Palavras-chave: *Instituição Total, Ressocialização e Prisão.*

ABSTRACT

The ways that many societies use to correct behaviors or practices considered deviant in societies are reclusion and deprivation of liberty. It is expected that after prison the person has been resocialized and developed a behavior that is in conformity with how others behave. This monograph focuses on the subject and presents an approach that seeks to understand the prison precincts as a socially dynamic space.

With focus for the analysis of the Maputo Maximum Security (known as B.O.), the problem parts from assumption that the prison is a space where individuals develop relationships and social interactions that cause them to adopt certain lifestyles, forming networks and groups to join in that space. Thus, the empirical data show that there are many dynamics that formed in jail and that the fact that the prisoner is devoid of contact with outside subject to adopts contingency measures to integrate and survive in jail.

The conclusion reached is that the prison precincts comprises social dynamics that result of relations between the prisoners, as well as relations between the prisoners and the prison administration staff precincts. Theoretically, the search relies on the approach of Goffman (1974) about total institutions. The concepts are defined social institution, resocialization, social network and prison. The methodology applied to hypothetical-deductive approach, monographic procedure and some techniques such as interviews, observation and literature review.

Keywords: *Total Institution, Resocialization and prison.*

ÍNDICE

	Pág.
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	4
CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	4
1.1. O sistema prisional moçambicano: algumas características	4
1.2. Justificação e pertinência sociológica da pesquisa	6
CAPÍTULO 2.....	7
REVISÃO DA LITERATURA E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	7
2.1. Alguns estudos sobre o sistema prisional	7
2.2. Formulação do problema	7
2.3. Hipótese	11
2.4. Objectivos	12
CAPÍTULO 3.....	13
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	13
3.1. Teoria de Base.....	13
3.2. Definição e operacionalização dos conceitos	16
3.2.1. Instituição social	16
3.2.2. Ressocialização.....	17
3.2.3. Rede social.....	18
3.4. Prisão.....	18
CAPÍTULO 4.....	20
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	20
4.1. Métodos de abordagem e de procedimento	20
4.2. Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação	21
4.3. Dificuldades e limitações do estudo	22
CAPÍTULO 5.....	25
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	25
5.1. Breve descrição da Cadeia de Máxima Segurança de Maputo (B.O).....	25
5.2. Perfil social dos reclusos entrevistados.....	26
5.3. Analisando o processo de integração indivíduos em situação de reclusão na B.O.....	27
5.4. Redes e grupos sociais entre os reclusos.....	30
5.5. Instituição prisional vs correcção social do recluso.....	32
5.6. Desvio, rotulação e reinserção social do recluso	36
5.7. A cadeia como um espaço de trocas simbólicas e de experiências.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
BIBLIOGRAFIA	42
ANEXOS	45
ANEXO 1: Guião de questões dirigidas aos prisioneiros.....	45
ANEXO 2: Guião de questões dirigidas ao pessoal administrativo da cadeia	47

INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades existem indivíduos que, por alguma razão, transgridem as normas e regras de convivência que são estabelecidas. A esses indivíduos a sociedade chama-lhes de “desviantes” por apresentarem um comportamento considerado “proibido”, sendo por isso necessário isolá-los e “ressocializá-los”, de forma a incutir neles práticas e comportamentos que estejam em conformidade com os desejos da maioria. Os reclusos são disso exemplo e é objecto de análise neste trabalho de investigação.

Esta monografia intitula-se *“Por trás das grades”: estudo sobre o recinto prisional como espaço socialmente dinâmico. O caso da cadeia de Máxima Segurança de Maputo (B.O.)*. A mesma tem por objectivo principal analisar o recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico onde os indivíduos interagem entre si.

Nosso problema sustenta-se em duas premissas: a primeira a de que os indivíduos em regime de reclusão estão em isolamento por serem considerados perigosos aos demais membros da sociedade, sendo por isso necessários corrigi-los e ressocializá-los. Na segunda premissa entende-se que a reclusão leva a adopção de estilos de vida característicos e que criam condições para que determinadas dinâmicas sociais sejam observáveis. Tais dinâmicas resultam das interacções sociais que se estabelecem dentro do recinto prisional.

Assim, as hipóteses são construídas no sentido de compreender a reclusão do ponto de vista do recluso e das relações que o mesmo mantém com os seus companheiros e com o pessoal que se encarrega de gerir e administrar o recinto prisional. Assim, para melhor entender o fenómeno analisado, teoricamente a monografia se orienta pela perspectiva das instituições sociais totais que é defendida por Goffman (1974).

O autor argumenta que todas as instituições sociais têm tendências de fechamento, sendo que algumas são mais fechadas do que outras. Para Goffman (1974), o fechamento de uma instituição total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída

que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, entre outros.

As instituições totais seriam, na óptica do autor, local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. Aqui, a cadeia de Máxima Segurança de Maputo (B.O.), é tratada como uma instituição total pois, tem as características propostas pelo autor e que caracterizam esses estabelecimentos.

Os conceitos que são usados na pesquisa são *instituição social*, *ressocialização*, *redes sociais* e *prisão*. O primeiro conceito é invocado na pesquisa na medida em que procura-se perceber o recinto prisional como uma instituição social. Relativamente ao segundo conceito, o mesmo procura compreender a função da reclusão no processo de correcção dos comportamentos dos indivíduos que, por alguma razão tenham violado as normas sociais. O terceiro conceito está relacionado com a necessidade de compreender os produtos das relações sociais que se estabelecem entre os reclusos e que produzem determinadas redes sociais. O quarto conceito está relacionado com a necessidade de caracterizar o espaço analisado.

Metodologicamente, a pesquisa compreende a combinação entre o método de abordagem hipotético-dedutivo e o método de procedimento monográfico ou estudo de caso. Foram aplicadas três técnicas de recolha de informação: a revisão de literatura, a entrevistas e a observação directa. O principal instrumento de recolha de informação foi um questionário semiaberto que foi definido no processo de elaboração do projecto.

Entende-se que a pesquisa é pertinente na medida em que apresenta uma discussão que busca analisar o universo social dos indivíduos em regime de reclusão. No entendimento desta monografia, há que analisar não somente a instituição prisional em si mas também, há que procurar captar as dinâmicas sociais que a mesma produz e que decorrem das interações sociais que os seus integrantes estabelecem no dia-a-dia.

A monografia comporta cinco capítulos. O primeiro é dedicado a apresentação da contextualização e justificativa. Neste capítulo são apresentadas algumas informações que ajudam a caracterizar o sistema prisional moçambicano; tal é feito com recurso a estatísticas oficiais produzidas ao nível do Ministério da Justiça e das entidades que desenvolvem actividades junto aos recintos prisionais, como é o caso da Liga dos Direitos Humanos (LDH). Ainda neste capítulo é apresentada a justificativa, onde são discutidos os aspectos que tornam pertinentes e relevantes as análises apresentadas.

O segundo capítulo está reservado a revisão da literatura e colocação do problema. Neste capítulo são apresentados os diversos estudos que abordam a questão da reclusão em Moçambique e, posteriormente, coloca-se o problema sob o ponto de vista que é aqui defendido. Fazem ainda parte deste capítulo os objectivos da pesquisa e as principais hipóteses que orientaram a realização da monografia.

O terceiro capítulo é dedicado ao enquadramento teórico e conceptual. Aqui a teoria de instituições sociais de Goffman (1974) é discutida pormenorizadamente e enquadrada de acordo com os objectivos da pesquisa. O mesmo acontece aos conceitos seleccionados que são definidos e operacionalizados de acordo com o objecto aqui analisado.

O quarto capítulo é o da metodologia. Neste ponto são apresentadas a abordagem e os procedimentos bem como, as técnicas que foram aplicadas no processo de recolha de dados. Há ainda um sub-ponto onde são apresentadas as principais dificuldades do estudo e algumas possíveis limitações do mesmo, tendo em conta que uma só pesquisa não pode abarcar a totalidade possível de um fenómeno.

O quinto capítulo é o último. Nele são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa e de acordo com os quadros teórico e conceptual que foram definidos. Aqui o dia a dia dos reclusos, suas interacções sociais e as redes que formam passam merecer destaque. Mais adiante, no final da monografia, apresentam-se as considerações finais, onde estão reflectidas algumas possíveis conclusões do estudo.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Neste capítulo procede-se com a apresentação da contextualização e da justificação. No ponto inerente a contextualização são apresentadas informações relativas as características do sistema prisional moçambicano e no ponto da justificativa apresenta-se a pertinência teórica e sociológica do estudo.

1.1. O Sistema prisional Moçambicano: Algumas Características

O sistema prisional moçambicano conheceu transformações desde a sua implantação no tempo colonial aos dias actuais.

Segundo Sengulane (2003), devido as leis discriminatórias do sistema colonial português, o sistema prisional servia de forma diferente a população negra e a população branca. Por exemplo, determinadas cadeias eram somente para a população branca enquanto que muitas vezes a população local enfrentava penas traduzidas em trabalho forçado nas plantações e obras dominadas por portugueses.

Para David Hadge (2003), as prisões em Moçambique surgem no contexto colonial, quando os indivíduos que não cumpriam as orientações exigidas pela administração colonial portuguesa, eram enviados para a cadeia para que fossem castigados e retirados da circulação, para controlá-los e exercer o poder e a ideologia colonial. As cadeias estavam sob tutela do Ministério da Justiça. Refere ainda que com a independência em 1975, a gestão das prisões passou a estar dividida entre o Ministério do Interior e da Justiça. Existiam aproximadamente 12 cadeias centrais e prisionais que albergavam reclusos a cumprir penas superiores a 3 meses, e aproximadamente 40 centros abertos (prisoas agrícolas onde os reclusos que demonstravam bom comportamento ou estivessem a atingir o fim das penas se ocupavam de actividades agrícolas ou outras.

Foi neste contexto que se cria a B.O em 1975, com o objectivo de colocar os reclusos considerados perigosos para modificar a sua índole, através da recuperação dos prisioneiros por

meio da privação da liberdade, por forma a dirigir suas finalidades para a cura e prevenção do crime, reforçar a segurança e a glória do Estado moçambicano.

Mesmo com informações estatísticas sobre a população prisional, há consenso de que a característica predominante das cadeias de Moçambique é a superlotação. Segundo a LDH (2010), só para citar um exemplo, a cadeia de Máxima Segurança de Maputo B.O. albergava até Outubro de 2010 perto de 830 reclusos enquanto foi concebida para um máximo de 400 reclusos. Esta situação leva a que, segundo a LDH, as prisões sejam espaços privilegiados para sistemáticas violações dos direitos humanos.

Há outras características relevantes que podem ser apresentadas. A primeira está relacionada com o tipo de indivíduos que se encontram detidos. O relatório da LDH de 2010 indica que o número de crianças em conflito com a lei apresenta uma tendência crescente e no mesmo ano, do total da população prisional, perto de 25% eram indivíduos com idades inferiores a 18 anos. São crianças muitas vezes de origem pobre, abandonadas e que entram em contacto com o sistema prisional com idades entre 14 e 16 anos.

Outra característica que tem sido muito apresentada está relacionada com as condições de reclusão. As entidades de defesa dos direitos humanos, como é o caso da LDH, denunciam a precariedade das condições nas quais os indivíduos são presos em Moçambique: além da superlotação que já é um problema, são relatadas situações de falta de higiene, de cuidados mínimos de saúde e de má alimentação. Assim, o espaço prisional acaba sendo um local que oferece riscos de integridade física dos indivíduos.

Por seu turno, o Serviço Nacional de Prisões (SNAPRI, 2010) entidade do Ministério da Justiça (MJ) que zela pelas prisões – alega que a exiguidade financeira e a incapacidade da instituição em gerar rendimentos faz com que a mesma não tenha capacidade de oferecer melhores condições aos prisioneiros. Nesse sentido, as penas alternativas à reclusão tem vindo a ser apontadas como podendo oferecer soluções ao estado crítico do sistema prisional moçambicano.

Esta breve caracterização do sistema prisional moçambicano permite ter uma ideia das condições nas quais os “internados” do mesmo se encontram. A perspectiva que é aqui desenvolvida procura compreender os estilos de vida que são possíveis no contexto da reclusão e, para tal, coloca-se o recluso no centro da abordagem de forma a perceber como o mesmo vivencia o seu quotidiano no recinto prisional.

1.2. Justificação e pertinência sociológica da pesquisa

Diferentes argumentos podem ser apresentados para justificar a pertinência da pesquisa que é aqui empreendida. Nos termos e nos objectivos que são propostos, a análise da pesquisa cinge-se sobre o quotidiano no recinto prisional, enfocando as diferentes relações e interacções sociais que os indivíduos reclusos estabelecem entre si.

Colocada a questão nesta perspectiva, a pesquisa se torna pertinente na medida em que capta a dimensão subjectiva dos actores sociais – os reclusos – e analisa as possíveis consequências resultantes das interacções entre os reclusos, neste caso a possibilidade de formação de redes sociais e de grupos.

Sob o ponto de vista académico, a pesquisa é pertinente porque apresenta uma pouco ou quase inexplorada no contexto das discussões sociológicas sobre as prisões em Moçambique, que é a abordagem micro-social que analisa os produtos derivados das interacções entre os indivíduos num determinado espaço.

Nesse sentido, a partir do que está exposto e analisado, lança-se importantes contributos para as ciências sociológicas bem como, lançam-se novos horizontes de pesquisa que, posteriormente ajudarão a compreender as subjectividades dos actores sociais em regime de reclusão forçada.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa é também pertinente na medida em que traz uma abordagem micro-social, que analisa os produtos derivados das elementares situações de interacção social entre os indivíduos num determinado espaço. Sem ignorar uma possível abordagem macro ou institucional, nesta monografia advoga-se que, antes de tudo, há que analisar a reclusão do ponto de vista do recluso.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo se apresenta a revisão de literatura e a colocação do problema da pesquisa. As análises apresentadas neste ponto procuram compreender a forma como as instituições prisionais têm sido abordada em Moçambique e não só, para daí delimitar a linha de pesquisa que é seguida nesta monografia.

2.1. Alguns estudos sobre o sistema prisional

A maioria dos estudos encontrados e que abordam a situação prisional em Moçambique tendem apresentar uma abordagem institucional, aquela que se preocupa com as condições de reclusão dos indivíduos refractários bem como, com as acções que são necessárias desenvolver com vista a sua reintegração social. A seguir alguns desses estudos são apresentados e combinados com outros não necessariamente realizados no contexto moçambicano.

Baratta (2002), refere que as prisões produzem efeitos contrários à reeducação e à reinserção do condenado, e favoráveis à sua estável inserção na população criminosa. As cerimónias de degradação no início da detenção, com as quais o encarcerado é despojado até dos símbolos exteriores da própria autonomia (vestuário e objectos pessoais), são o oposto de tu isso, ou seja a realidade prisional apresenta-se distante daquilo que é a sua função o que tem invalidado a hipótese da ressocialização do delinquente através da prisão, discussão esta que centra-se em dois pólos: um realista que defende que a prisão não pode ressocializar, pois a pena carcerária para o delinquente não significa uma oportunidade de reintegração à sociedade, mas um sofrimento imposto como castigo para o delito cometido.

Por sua vez Corrêa Júnior e Schecaira (2002), entendem que as prisões estimulam à delinquência com o encarceramento e o ambiente prisional, destacam que tal situação ocorre em virtude das condições materiais, psicológicas e sociais do sistema prisional. Condições materiais estão atreladas às doenças e outras complicações fisiológicas advindas da precária estrutura (condições

de higiene, alojamentos e alimentação), as condições psicológicas estão ligadas aos efeitos que as organizações criminosas causam ao egresso, como o estímulo, ou mesmo a imposição na condição de sobrevivência, para que este se associe à organização, a fim de continuar as empreitadas criminosas, principalmente quando posto em liberdade. Por fim, as condições sociais representam a disparidade da vida que o delinqüente tinha quando em liberdade, com a vida carcerária que se baseia na privação da companhia da família, amigos, do relacionamento sexual.

Parafrazeando Foucault cit por Ferreira, (1995), as prisões com as suas regras, regulamentos e sanções repressivas, não tinham por função suprimir as infracções cometidas pelos desviantes, mas sim produzir a delinquência como sujeito patológico e simultaneamente torna-la económica e politicamente menos grave para o poder instituído.

Santos e Shelle (1999), fazem um levantamento sobre a reclusão e as condições de reclusão em Moçambique. Estes autores observam que o sistema prisional moçambicano é deficitário e tal deve-se a alguns factores entre eles, a incapacidade administrativa dos serviços prisionais nacionais, a violação dos direitos humanos, a superlotação das cadeias e a incapacidade de resolução de conflitos sem necessariamente envolver as cadeias.

Perspectiva semelhante é apresentada por Negrão (2001), este autor faz um estudo dos centros prisionais abertos em Moçambique, focalizando aspectos relacionados com a produção agrícola, seu funcionamento e a gestão das receitas que os mesmos produzem. De acordo com o autor, estes centros de reclusão podem ser uma alternativa ao sistema de reclusão fechado e pode ainda ser útil na regeneração e ressocialização de indivíduos delinquentes.

O Relatório apresentado pela LDH (2004), onde refere que os arguidos presos são torturados para confessarem o crime, recebem um tratamento cruel, desumano e degradante visto existirem casos de sevícias corporais, violação da integridade dos reclusos sob a forma de tortura ou maus tratos degradantes.

Por seu turno, Brito (2002) onde salienta que prefere analisar as condições de reclusão em Moçambique e constata que as cadeias e esquadras, tem sido palco de actos que atentam contra a violação dos direitos dos reclusos.

Pelas péssimas condições de alojamento e de higiene, associadas à superlotação, e as precárias condições de detenção, permanecem na cadeia reclusos cujos prazos de detenção aspiraram, não se respeita os prazos de prisão preventiva até à não separação de reclusos doentes dos não doentes, os indivíduos permaneçam detidos por longo tempo mas sem culpa formada e cenas de tortura perpetradas por autoridades policiais persistam, há falta de medidas para reintegração dos condenados, questões de recursos humanos e dificuldades financeiras e de planificação.

A superlotação das cadeias acelera a deterioração das condições de alojamento dos reclusos, que em algumas penitenciárias, o número de presos ultrapassa o triplo do seu limite.

As prisões como a B.O, a cadeia feminina de Ndavela, encontram-se num estado de extrema degradação, com algumas áreas inabitáveis, pobres infraestruturas físicas e uma contínua falta de condições sanitárias e de acesso a serviços de saúde básicos. Nestas circunstâncias, os reclusos enfrentam condições caracterizadas por uma alimentação precária e falta de acesso à água potável, sanitários atrozes, com falta de equipamentos de limpeza, acesso limitado a casas de banho e água e falta de bens básicos, como pratos, camas, cobertores e roupa. Apenas os reclusos que recebem apoio dos seus familiares conseguem ter condições ligeiramente melhores. A qualidade do tratamento médico varia de prisão para prisão, muitas vezes existe falta de medicamentos e instalações hospitalares adequadas, ou o pessoal dos serviços prisionais não está disponível para transferir os reclusos para hospitais fora das prisões.

A única autora que encontramos e que aborda o sistema prisional numa perspectiva micro é Sengulane (2003). A autora aborda a questão da reincidência criminal e entende que há necessidade de compreender as motivações dos reincidentes partindo das práticas quotidianas nas prisões, o processo de reabilitação dos indivíduos e sua efectiva reintegração social. Apresentada esta perspectiva, a autora sugere que se pode apresentar importantes contributos para a compreensão social do crime, sem necessariamente olhar para a questão somente do ponto de vista macro.

Diante destas perspectivas, a que mais se aproxima da abordagem deste estudo é a terceira. Efectivamente, entende-se que a reclusão deve ser analisada tendo em conta os pontos de vista dos actores sociais nela envolvidos o que pressupõe analisar a questão do ponto de vista da população reclusa. No ponto que se segue é dedicado a formulação do problema onde está reflectida a perspectiva sob a qual estuda-se a prisão como um espaço socialmente dinâmico.

2.2. Formulação do problema

Do que se observa nas abordagens apresentadas no ponto anterior deste capítulo, observa-se que a abordagem sobre o sistema prisional em Moçambique e a reintegração social do recluso segue uma perspectiva institucional ou seja, preocupa-se mais com as condições nas quais os indivíduos são mantidos em reclusão. Diante deste facto, a perspectiva aqui desenvolvida procura analisar o sistema prisional do ponto de vista da população reclusa.

Socialmente, a existência de recintos prisionais tem por objectivos corrigir comportamentos considerados desviantes, ressocializar os indivíduos e ainda isolar aqueles indivíduos cuja presença em sociedade é considerada uma ameaça ou perigo aos demais (Goffman, 1974). Contudo, nem sempre esses espaços produzem os efeitos que a sociedade espera, originando em alguns casos situações de reincidência dos ex-reclusos.

Na perspectiva aqui desenvolvida entende-se que o facto dos reclusos se encontrarem em um recinto fechado e sem contacto com o exterior pressupõe que os mesmos estejam em interacção entre si. Tal interacção social propicia o surgimento de dinâmicas determinadas e de um estilo de vida característico do espaço prisional. Deste modo, entende-se que é necessário captar esses estilos de vida de modo a compreender a forma como as cadeias se constituírem também como espaços socialmente dinâmicos.

Mais do que analisar a prisão apenas sob o ponto de vista institucional, torna-se também necessário e pertinente compreender a prisão a partir do ponto de vista do recluso. Assim, lançam-se as premissas para a captação das subjectividades destes, suas expectativas em relação a “vida depois da cadeia” bem como, suas ideias a volta do desvio e da reclusão.

Deste modo, os pontos que mais são destacados nesta monografia se referem ao quotidiano dos reclusos, suas interações, redes e grupos sociais que formam dentro do recinto prisional. Além disso, privilegiam-se as regras e normas implícitas que se formam entre os reclusos e que não estão necessariamente previstas pelas entidades que zelam pelo recinto em causa. Analisando assim a questão, o argumento que se defende é o de que, independentemente das suas finalidades, o recinto prisional é um espaço que agrega actores em interação, sendo por isso um espaço dinâmico e sociologicamente analisável.

Portanto, a análise que é feita toma em conta dois pressupostos: primeiro, a instituição prisional visa a correcção e ressocialização dos indivíduos recorrendo-se, neste caso, ao isolamento dos refractários em relação aos demais membros da sociedade. Segundo, a reclusão pressupõe a adopção de estilos de vida determinados e que proporcionam o surgimento de dinâmicas sociais determinadas; tais estilos de vida decorrem das relações e interações sociais que se estabelecem entre os reclusos no recinto prisional.

A questão de partida desta pesquisa é a seguinte: *Diante das relações e interações sociais que se estabelecem entre os reclusos, de que modo o recinto prisional pode ser um espaço socialmente dinâmico?*

2.3. Hipótese

Para uma leitura efectiva da realidade que se pretende analisar foi definida uma hipótese como resposta antecipada, provável e provisória da indagação ou do problema da pesquisa.

- As relações e interações sociais que se estabelecem no recinto prisional possibilitam a criação de redes sociais, a formação de um determinado tipo de relações e de grupos entre os prisioneiros;

2.4. Objectivos

Geral:

- Compreender o recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico;

Específicos:

- Identificar o papel da instituição prisional na correcção e reinserção social do recluso;
- Descrever as relações e interacções sociais entre os reclusos na cadeia central de Maputo;
- Explicar o processo de formação de redes e grupos sociais entre os reclusos da BO na cidade de Maputo;

CAPÍTULO 3

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo as discussões privilegiam a orientação teórica e conceptual da pesquisa. No ponto inerente a teoria discute-se a abordagem de Goffman (1974) sobre instituições totais e no ponto inerente aos conceitos são definidos três conceitos: *instituição social*, *ressocialização* e *rede social*.

3.1. Teoria de Base

Esta pesquisa é orientada para a compreensão do quotidiano dos reclusos na cadeia de Máxima segurança de Maputo (B.O). Para fazer as análises aqui presentes, optou-se pela teoria das instituições sociais totais de Goffman (1974). Segundo o autor, as instituições sociais, de maneira geral, designam locais onde os indivíduos se agregam e executam determinadas actividades; tais podem ser os exemplos da instituição industrial, da família, da escola, entre outras.

Porém, existem aquelas instituições que, diferentemente das outras, apresentam um carácter fechado. A essas instituições o autor designa instituições totais. O autor foca-se, essencialmente, no carácter fechado destas instituições, que pelas suas características e modo de funcionar não permitem qualquer contacto entre o internado e o mundo exterior, até porque o objectivo é excluí-lo completamente do mundo social de origem, de modo que o internado assimile totalmente as regras internas, evitando comparações, prejudiciais ao seu processo de “aprendizagem”.

“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974:11).

Estas instituições se encontram divididas em cinco grupos (Goffman, 1974). O primeiro grupo é o das instituições criadas para cuidar das pessoas que, são incapazes e inofensivas; neste caso estão as diferentes instituições para cegos, velhos, órfãos e indigentes. O segundo grupo é o dos locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional. Tais são os exemplos dos sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais, entre outros.

O terceiro grupo de instituições totais que o autor considera é aquele que é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais que podem ser perpetrados por outros indivíduos. Os exemplos disso são as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. O quarto grupo é o das instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colónias etc.

O quinto e último grupo é composto pelos estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos, internatos e outros claustros.

A orientação aqui defendida caminha no sentido do terceiro grupo de instituições totais, neste caso a cadeia. Segundo Goffman (1974), no interior das instituições totais habitam não apenas as equipas dirigentes, mas, também os internados, os prisioneiros, os que optam por uma vida solitária. Na passagem de uma vida no exterior para uma vida de confinamento espacial e social, o indivíduo passa por processos de modificação e de reeducação.

Em qualquer dos casos, seja a institucionalização forçada do sujeito ou seja por sua iniciativa, inicia-se um processo de mortificação do eu inicial do sujeito, pelas concessões de adaptação às novas regras institucionais. “Na linguagem exacta de alguma de nossas mais antigas instituições totais, começa a uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O

seu “eu” é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (Goffman, 1974:24).

O indivíduo é despido da sua personalidade real e a personalidade que lhe é induzida, não só pela instituição como por toda a sociedade. Goffman (1974) analisa ainda a questão do tempo vivido no interior da instituição, nomeadamente a organização do tempo dos internados ou prisioneiros, segundo actividades programadas milimetricamente, cuja função, para além de disciplinar os sujeitos, os inibe em termos de desenvolvimento pessoal.

O indivíduo internado

“começa a passar por algumas mudanças radicais na sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais” (Goffman, 1974:24).

Recorrendo a expressão mortificação do eu, o autor procura caracterizar a tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional: O primeiro processo de ‘mortificação do eu’ é a barreira posta pela instituição entre o interno e o mundo exterior. O segundo processo de ‘mortificação’ designa-se por mutação do eu: perda do nome, separação das posses, dos seus bens (deformação pessoal); maus-tratos, marcas e perdas dos membros do corpo (desfiguração pessoal); violação do território do eu, invasão das fronteiras entre o ser dos indivíduos e o ambiente (exposição contaminadora).

Assim, na óptica do autor, muitas instituições totais, parecem funcionar apenas como depósito de internados, embora sejam vistas pelo público como organizações racionais, com planeamento e eficazes nos seus objectivos. Assim, mais do que a ressocializar os indivíduos, as instituições totais acabam que por ser locais de exercício de controle sobre os indivíduos que são despídos da sua personalidade individual e inibidos do contacto com o exterior.

Portanto, é com este quadro teórico que o recinto prisional da B.O. será analisado como um espaço socialmente dinâmico. Procura-se com esta análise entender como é o quotidiano do indivíduo internado, suas relações com os outros e as redes que formam em decorrência das

interacções sociais que estabelecem no dia a dia. Trata-se de uma perspectiva que capta a dimensão subjectiva do actor prisioneiro que tem uma forma própria de vivenciar a reclusão e as condições que o recinto prisional oferece.

A seguir são definidos os principais conceitos que, conjuntamente com a teoria proposta, ajudam a produzir as análises que compõem esta monografia.

3.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Neste ponto são definidos e operacionalizados os conceitos da pesquisa nomeadamente: instituição social, ressocialização, rede social e prisão.

3.2.1. Instituição social

Segundo Castro (2000), uma instituição é um órgão de controle social, composto de normas aplicáveis num sistema social, visando determinados objectivos, contando com uma autoridade exercida por uma pessoa ou por um conjunto de pessoas. A instituição tem como principal objectivo a manutenção do equilíbrio social (estrutura, organização, integração dos membros), ou seja os objectivos da instituição sintetiza-se na satisfação das necessidades sociais.

Por sua vez, (Fichter¹, 2006) conceitua a instituição como sendo uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadoras, com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas das colectividades.

Para os interesses que são desenvolvidos nesta monografia, interessa a primeira definição. Aqui o sistema prisional é entendido como uma instituição que visa o controle social dos indivíduos e que procura salvaguardar a harmonia e o bem-estar dos membros da sociedade através do isolamento daqueles que representam ameaça ou situações indesejáveis aos demais.

¹ *Op. cit.* Lakatos (2006)

A prisão é uma instituição total. Goffman (1974) define a instituição total como um lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, colocados numa mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levando em conjunto uma vida reclusa segundo modalidades explícitas de regulamentos. Estas instituições são totais porque envolvem a globalidade da vida dos reclusos, tomam todo seu tempo, que controlam até aos mais ínfimos pormenores, sob uma única autoridade onde todos os aspectos da existência se inscrevem num mesmo quadro.

3.2.2. Ressocialização

O termo ressocialização, reintegração social e correcção tem sido muito usado no léxico dos sistemas prisionais em diferentes lugares e se referem a necessidade de isolar os indivíduos de forma a corrigir seus possíveis comportamentos desviantes. Neste ponto interessa mais o conceito de ressocialização.

Segundo Silva (2003), a ressocialização tem como objectivo a humanização da passagem do detento na instituição carcerária. Aqui a ideia é que “não basta castigar o indivíduo mas, orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efectiva, evitando com isso a reincidência”.

Observada a questão nesse sentido, a ideia de manter um indivíduo isolado dos demais membros da colectividade tem por objectivo reeducá-lo para posterior integração sem reincidência criminal. O sistema prisional torna-se assim um sistema reabilitador, que indica a necessidade de desenvolvimento de actividades cujos objectivos passam pela necessidade de “humanizar: aquele indivíduo que se encontra em situação de conflito com a lei.

Na acepção de Silva (2003), a prisão não é um instrumento de vingança, mas sim um meio de reinserção mais humanitária do indivíduo na sociedade. Este conceito é aqui trazido porque entende-se que existe um ideal ressocializador por detrás do sistema prisional e aqui seria interessante perceber como isto acontece na prática fazendo uma confrontação entre o idealizado socialmente e o que acontece no dia a dia da população reclusa.

A ideia da ressocialização é a reintegração social e a mesma consiste, na concepção de Sá (2007), num processo no qual a sociedade tem a responsabilidade de readmitir esse cidadão por ela excluído, de reincidi-lo modificando a sua atitude e predisposição em relação a ele. Aqui, para o tema desenvolvido, seria interessante analisar quais são as expectativas dos reclusos em relação a reintegração e de que modo os processos de rotulação influenciam no processo.

3.2.3. Rede social

A rede social é “uma estrutura social composta por pessoas ou organizações conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objectivos comuns” (Sousa, 2008). A característica fundamental da rede, refere o autor, é a sua abertura e porosidade que possibilita relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes da mesma. Além disso, podem operar diferentes níveis como por exemplo, relacionamentos face a face, através da internet, redes profissionais, redes comunitárias, redes sociais, em bairros ou cidades, etc.

As redes sociais permitem analisar como os indivíduos alcançam seus objectos. Para Sousa (2008), o ponto comum das redes sociais é a partilha de informação, conhecimento, interesses e esforços em busca de objectivos comuns. Nas redes sociais os actores sociais se caracterizam mais pelas suas relações do que pelos seus atributos.

Este conceito é aqui utilizado na medida em que possibilita entender as complexas teias de relações e interacções entre os reclusos da B.O. Procura-se entender os interesses que estão por detrás das redes que lá se formam e qual a importância das mesmas na integração e sobrevivência dos indivíduos no recinto prisional.

3.4. Prisão

Existem diferentes definições de prisão. Foucault (2002) fala de prisão como sendo uma empresa de modificar indivíduos, com duas funções: a privação da liberdade, neste sentido a prisão representa um aparelho disciplinar, exaustivo; um reformatório integral que prescreve princípios de isolamento em relação ao mundo exterior, conduzindo o preso ao remorso. A outra função é

que a prisão representa a submissão total, ao reconhecimento do preso sobre o poder que a ele se impõe, que tem por objectivo regular, impor hierarquia, vigiar, constituindo assim uma relação de poder.

Para Fernandes (2005), o termo prisão refere-se genericamente tanto às penitenciárias onde se encontram os presos condenados, ou seja que já forma julgados, como quanto aos presídios, onde se mantêm os presos que aguardam julgamento, salienta que a prisão não é um meio de afastar aquele que cometeu um crime e mantê-lo à margem do convívio social, em virtude da sua culpabilidade. Ela deve ser também uma forma de dar ao preso condições para que se recupere e volte à vida em comunidade.

Porém para Goffman (1974) define prisão como uma instituição social que se organiza de modo a atender indivíduos (internados), em situações semelhantes separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente), que se baseia no discurso de atendimento aos objectos institucionais, ela apresenta tendência para o fechamento, no cerne do conceito de reabilitação penal, encontra-se a tarefa de transformar indivíduos criminosos em não criminosos. Porém, na prática a prisão corresponde ao corpo da exclusão, a segregação do indivíduo de dada sociedade, com o objectivo primeiro de mantê-lo preso, longe dos olhos sociais.

O conceito de Goffman (1974) é o que melhor se enquadra com os propósitos da pesquisa pois, a perspectiva desenvolvida é do campo das ideias de instituições totais do mesmo autor. Procura-se perceber, a luz deste conceito, os efeitos que a prisão produz nos indivíduos, seus objectivos, práticas e vivências no contexto das mesmas.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este capítulo está reservado a apresentação da metodologia. Três pontos corporizam o capítulo: o primeiro relativo a apresentação dos métodos de abordagem e de procedimento; o segundo reservado a apresentação das técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados e o terceiro reservado a apresentação das limitações e dificuldades do estudo.

4.1. Métodos de abordagem e de procedimento

O método de abordagem desta pesquisa é do tipo hipotético-dedutivo proposto por Mário Bunge². Nas propostas apresentadas pelo autor em causa, o método de abordagem hipotético-dedutivo segue cinco etapas; a primeira consiste na *colocação do problema* onde o pesquisador procede com reconhecimento dos factos a serem estudados, a descoberta de possíveis problemas a analisar e a colocação de questões para perceber e solucionar o problema.

Na segunda etapa procede-se com a *construção de um modelo teórico* onde o investigador selecciona as variáveis pertinentes para o seu estudo bem como inventa hipóteses e suposições como respostas prévias ao problema por estudar. Seguidamente, na terceira etapa procede-se com a *dedução de consequências particulares*; aqui há uma conjugação de suportes racionais e suportes empíricos para a pesquisa buscando-se solucionar os problemas a partir da observação dos factos e a partir das teorias previamente seleccionadas.

A quarta etapa é do *Teste das hipóteses*. Aqui procede-se ao esboço e execução da prova através do planeamento e realização das actividades para a colecta de dados; depois disso analisa-se os dados e se produzem as respectivas conclusões. Na quinta e última etapa faz-se a *adição ou introdução das conclusões e teorias*, onde o investigador faz uma comparação entre as conclusões e as predições antes delineadas e se encontra algumas incongruências, pode reajustar o modelo antes traçado. É nesta fase que se produzem recomendações para trabalhos de investigação posteriores.

² Op. Cit Demo (2000).

Nesta monografia trabalha-se com este método na medida em que a mesma foi precedida e é composta por uma problematização na qual são colocadas as questões principais que são analisadas. A colocação do problema culmina com uma questão de partida que é respondida através de hipóteses que são sujeitas a verificação empírica.

Relativamente ao método de procedimento, optou-se pelo monográfico. *Método monográfico* – está orientado para o estudo de determinados indivíduos, grupos profissionais, comunidades, tendo em vista produzir resultados passíveis de generalizações; este método foi criado por Le Play³. Nesta monografia estuda-se a situação dos indivíduos em regime de reclusão na Cadeia Central de Maputo de forma a perceber como o espaço prisional produz determinadas dinâmicas sociais.

4.2. Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação

As técnicas principais que foram aplicadas no processo de recolha de informação são a revisão de literatura, a observação directa e as entrevistas. Paralelamente, o principal instrumento de recolha de informação que foi aplicado foi o questionário semiaberto⁴. A seguir é explicado como cada uma dessas técnicas e instrumentos foram aplicados na monografia.

A primeira técnica aplicada foi a revisão da literatura e a mesma consistiu na recolha de diversa informação bibliográfica sociológica sobre a situação da reclusão em Moçambique. Foi a partir desta técnica que foi possível delimitar a perspectiva de pesquisa que é aqui apresentada. Relativamente a observação directa, a mesma permitiu fazer uma observação sobre o quotidiano, dos reclusos, suas interacções e organização das actividades que desenvolvem.

Nas entrevistas procurou-se perceber o dia a dia dos reclusos a partir dos próprios reclusos. Informações relativas as relações sociais entre os “habitantes” do recinto prisional, suas interacções e redes sociais mereceram grande destaque. Estas entrevistas foram possíveis através da aplicação de um questionário semiaberto, composto por perguntas abertas e fechadas, abrindo

³ Op. Cit por Lakatos (2006).

⁴ Vide o anexo.

sempre espaço para que questões de insistência fossem colocadas à medida das respostas dos interlocutores.

A amostra foi composta por um total de 15 reclusos na BO. A amostra foi determinada seguindo o princípio da conveniência pois, trata-se de uma pesquisa qualitativa e entende-se que a mesma é suficientemente representativa para os objectivos da pesquisa. Houve ainda espaço para duas entrevistas exploratórias com dois responsáveis da Cadeia Central com os quais se procurou inteirar do funcionamento do recinto prisional.

4.3. Dificuldades e limitações do estudo

A elaboração da monografia enfrentou algumas dificuldades, a destacar duas: o difícil acesso ao recinto prisional e as dificuldades de interacção com os reclusos. Relativamente a primeira dificuldade, a mesma está relacionada com o facto de haver muita burocracia para aceder a determinados espaços no recinto da B.O. Esta dificuldade retardou muito o processo de recolha de dados e entrevista com os reclusos.

Executar uma pesquisa na cadeia se tornou mais complexo do que se esperava. No entender dos gestores prisionais era necessário evitar que os contactos com os reclusos fossem longos e os mesmos deviam ser permanentemente e directamente vigiados por agentes de segurança da B.O. Além disso, não foi permitido o acesso a determinadas informações e espaços relativos ao funcionamento da cadeia por serem consideradas sigilosas e indispensáveis para a segurança do local.

A segunda dificuldade está relacionada com o facto de, em muitos casos, os reclusos não responderem com precisão as questões que eram colocadas. Este facto levou a que muitas questões fossem repetidamente colocadas para determinadas informações fossem esclarecidas. A insistência e o esclarecimento das intenções da pesquisa foram fundamentais para que esta dificuldade fosse superada.

Um dos pressupostos largamente defendidos nas Ciências Sociais é o da impossibilidade de esgotamento de um assunto determinado numa só pesquisa. Assim sendo, entendemos que o fenómeno não foi coberto na sua totalidade, mesmo tendo sido apresentada uma perspectiva que capta o quotidiano dos reclusos no contexto das relações e interacções que estabelecem no seu quotidiano na cadeia. Os nomes apresentados nos depoimentos são fictícios porque pretende-se proteger a identidade e a origem dos informantes que foram entrevistados.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este é o capítulo onde são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada na Cadeia de Máxima Segurança (B.O). Os dados e informações a seguir apresentados são analisados de acordo com as propostas teóricas e conceptuais que foram apresentados anteriormente.

5.1. Breve descrição da Cadeia de Máxima Segurança de Maputo (B.O)

A Cadeia de Máxima Segurança de Maputo, também conhecida por B.O. situa-se no Município da Matola, no distrito Municipal da Machava, bairro Acordos de Lusaka. Situada na Av. Da Organização Nacional da Juventude, a B.O. é uma secção da cadeia central de Maputo que cuida de manter em reclusão aqueles indivíduos que são considerados de alta perigosidade, dados os crimes que cometeram entre eles, furto, estelionato e assassinatos.

As características do recinto prisional da partida reflectem a preocupação com o isolamento dos indivíduos que lá se encontram. A primeira característica e a mais notável, tem a ver com a “infra-estrutura” que separa os reclusos dos demais indivíduos que por ali passam: murros altos (4 m de altura aproximadamente), portões altos (4 m de altura aproximadamente), todos eles com cerca eléctrica na parte superior e fortemente vigiados por guardas prisionais e câmaras de segurança.

Ainda na parte exterior, o acesso e o controle dos visitantes dos reclusos é rigoroso: apenas uma passagem permite a entrada para pedestres visitantes e alguns pertences dos mesmos ficam por fora⁵. Os alimentos e utensílios levados aos prisioneiros também são minuciosamente observados e analisados pelos agentes de segurança da cadeia.

⁵ Tais são os casos de jóias, telemóveis e alguns objectos metálicos.

No interior da cadeia o cenário que se apresenta é composto por uma área administrativa que se encontra isolada dos edifícios de reclusão; nesta área se encontram as diferentes repartições da cadeia e os serviços de assistência aos funcionários da cadeia. A área é também composta por um campo de futebol e um centro social utilizado principalmente pelos funcionários. A cadeia comporta 18 blocos prisionais em funcionais e outros 2 blocos em construção. Há também um hospital e uma escola que lecciona até o ensino secundário básico.

5.2. Perfil social dos reclusos entrevistados

Neste segundo ponto do capítulo relativo à discussão dos resultados da pesquisa apresenta-se o perfil social dos reclusos que foram entrevistados na B.O. Como foi dito antes, foram entrevistados um total de 15 reclusos e suas idades estão compreendidas entre 23 – 52 anos. Antes da reclusão, 1 dos reclusos afirma que vivia maritalmente, 1 afirma que era/é separado e os restantes 13 afirmam que são solteiros.

Em termos de escolaridade, 7 dos reclusos tem ensino primário concluído, 4 tem ensino secundário básico, 2 tem ensino secundário médio, 1 tem formação técnico-profissional e 1 tem formação superior na área de informática. As razões da sua condenação e conseqüente reclusão variam entre furto (9 reclusos), homicídio (4 reclusos), assalto (1 recluso) e ofensas corporais (1 recluso).

Os reclusos entrevistados são oriundos de três províncias nomeadamente Maputo cidade (10 reclusos), Maputo província (3 reclusos) e província da Zambézia (2 reclusos). As condenações variam entre os 2 e 20 anos de prisão porém, até ao momento da realização da pesquisa, os períodos de cumprimento das penas se situavam entre 7 meses e 10 anos. Apenas seis (6) dos reclusos entrevistados afirmaram que eram reincidentes.

5.3. Analisando o processo de integração indivíduos em situação de reclusão na B.O.

Neste ponto da monografia exploram-se elementos que podem ajudar na compreensão do quotidiano da população em regime de reclusão na B.O. Os pontos que mais merecerão destaque são aqueles que ajudam a compreender a constituição social da cadeia, a começar com o processo de integração social dos mesmos no recinto prisional.

Uma das primeiras perguntas colocadas aos reclusos na B.O. tinha a ver com aquilo que passaram nos primeiros dias de cadeia. Nesta situação obteve-se respostas variadas contudo, que caminham para uma direcção: todas permitem perceber que a integração dos novos reclusos passa por rituais muitas vezes imaginados e executados por outros reclusos. Alguns exemplos são disso elucidativos:

“Nos primeiros dias eu passei muito mal aqui. Lá na minha cela os mais antigos reclusos mandavam-me fazer tudo o que eles queriam. Eu lavava a roupa deles, ia comprar cigarros e as vezes me mandava acertar “connections”⁶ com os “bufos”⁷ daqui da cadeia” (Vicente, 39 anos, recluso).

“Desde que cheguei aqui eu já sabia que havia de sofrer. Quando você não fala nada, não discute e fica calado, outros reclusos te vingam e os “bufos” só ficam a assistir. Há quem é tirado colchão, há pessoas que dormem no chão mas que aceitam isso” (Zacarias, 23 anos, recluso).

“Quando cheguei aqui fiquei muito tempo a dormir no chão numa cela onde éramos muitas pessoas. Quase todos os dias falava com o chefe da secção e ele dizia sempre que havia de resolver a situação, mas não fazia nada” (Azarias, 34 anos, recluso).

⁶ Neste caso específico, o termo “connections” se refere aos acordos informais que se estabelecem entre os reclusos ou ainda, entre os reclusos e os agentes prisionais.

⁷ Termo usado pelos reclusos para designar agentes prisionais.

Dos depoimentos acima transcritos, observa-se que o processo de inserção dos reclusos na cadeia não é pacífico. Goffman (1974) se refere a estas situações como sendo o processo da “mortificação do eu”. Dito de outra maneira, o indivíduo sujeita-se a situações degradantes e de humilhação que o fazem perceber a mudança de espaços a que se encontra sujeito. Essa mortificação do eu começa logo à entrada na prisão com a realização desses rituais de inserção do recluso que se traduzem na humilhação e rebaixamento dos mesmos.

Contudo, esses rituais degradantes e de humilhação aos “novatos” não se limitam apenas entre os reclusos. Observa-se, por exemplo, que os agentes prisionais também sujeitam os “novatos” a situações degradantes. Contam os reclusos que quando chegam são obrigados a dormir no chão durante muito tempo ou ainda, suas visitas não são autorizadas.

Esse processo de integração passa também pelos restritos e restringidos contactos com o mundo exterior. Os reclusos, de alguma maneira, mantêm contacto com o mundo exterior através dos seus familiares que lá lhes visitam. Porém, tal contacto é restrito e fortemente controlado pelos agentes prisionais. Na óptica dos interlocutores, o facto de haver privacidade nos encontros e o facto dos mesmos serem curtos, aumentam a sensação de isolamento do mundo exterior:

“Poucas vezes eu sou visitado pela família. Quando isso acontece é durante pouco tempo. As vezes temos de fazer “connections” com os guardas para conseguir mais tempo (...). Quando acontece alguma coisa lá em casa eu sou sempre o último a saber porque nem sempre posso receber visitas” (Crisaldo, 34 anos, recluso).

“Eu sinto saudades daquela comida que comia lá em casa. A comida daqui não vale nada, é mal cozinhada e até no princípio eu passava mal quando comia. Mas não posso fazer nada, tenho que cumprir pena para sair daqui” (Celestino, 33 anos, recluso)

“É muito raro eu ser visitado por amigos ou conhecidos lá da zona. Outros sabem e outros não sabem que eu estou aqui. As vezes eu fico pensativo, sozinho”

num sítio a lembrar a vida que levava na fora, lá na zona com os amigos e com a família” (Damião, 24 anos, recluso).

Pelos depoimentos observa-se que, ainda que existente, o contacto com o exterior é reduzido. Aliás, tal como refere Goffman (1974), as instituições sociais totais tem esse carácter de isolamento em relação ao mundo exterior. Além disso, tratando-se de indivíduos rotulados “perigosos para a tranquilidade alheia”, os reclusos são permanentemente vigiados e evitada qualquer possibilidade dos mesmos saírem para além dos muros da prisão.

Tomando o exemplo dos depoimentos transcritos, observa-se que o recluso “descobre que perdeu alguns papéis em virtude das barreiras que o separam do mundo exterior” (Goffman, 1974:25). Aqui, o indivíduo perde a “personalidade individual” e passa a ser tratado apenas como um membro de um grupo categórico mais vasto de indivíduos. a recepção de “novatos” pelas equipas administrativas é caracterizada pela apresentação de instruções básicas, normas e regras sobre o funcionamento da cadeia.

As condições de reclusão são também uma característica fundamental a ter em consideração. As observações no terreno fazem perceber que as condições da cadeia não são das melhores e a mesma apresenta características de superlotação⁸. Relativamente as condições de alojamento na cadeia, as entidades gestoras do estabelecimento referem que as limitações financeiras impedem a realização de diferentes actividades visando a melhoria da qualidade de vida dos reclusos.

Portanto, a partir das informações e análises patentes neste ponto, constata-se que efectivamente a integração dos reclusos passa por momentos característicos da B.O. e se traduz na sujeição dos reclusos a situações degradantes e de humilhação. Tomando em conta as condições de vida que os reclusos levam na cadeia, a ideia de Goffman (1974) faz sentido: as instituições totais acabam se desviando das suas finalidades e agem como espaços de “depósito de seres humanos indesejados”.

⁸ Vide a contextualização onde são apresentados alguns dados relativos ao sistema prisional moçambicano. .

5.4. Redes e grupos sociais entre os reclusos

Uma das possibilidades de análise do recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico remete para a compreensão do processo de formação de relações e redes sociais entre os reclusos. Neste ponto monografia as preocupações principais estão voltadas para análise dos produtos resultantes das interações sociais entre os reclusos.

Um dos aspectos observáveis entre os reclusos da B.O. é a existência de relações e interações sociais entre eles. Para uma questão de clareza conceptual, a interacção social é aqui definida como sendo o processo através do qual as pessoas se relacionam umas com as outras, num determinado contexto social (Maia, 2000). A interacção apoia-se no princípio da reciprocidade da acção e é reconhecida como condição necessária para a organização espaciotemporal. Isto significa que os actos dos indivíduos não são independentes, mas condicionados pela percepção do comportamento do outro.

Entre os reclusos se estabelecem interações que estão condicionadas ao espaço em que se encontram e que determinam sua sobrevivência naquele espaço. Observa-se que tais interações propiciam o surgimento de determinadas redes e relações sociais relativamente consolidadas e consistentes. As redes sociais seriam as relações e conexões entre os indivíduos num determinado espaço (Maia, 2000) e são determinantes para que os mesmos se integrem e sobrevivam em colaboração com os outros.

As interações entre os reclusos ocorrem sobretudo nos períodos dos “banhos de sol”⁹. Aqui é onde é possível observar a construção das redes sociais que, ao que foi apurado, seguem dois sentidos distintos: por um lado, existem as redes que se formam entre os reclusos e, em segundo lugar, existem aquelas redes sociais que se formam entre os reclusos e o pessoal de vigilância da cadeia. Antes de avançar detalhes, há que afirmar que estas redes têm um carácter informal e resultam dos graus de aproximação entre os indivíduos envolvidos nas mesmas.

⁹ Os “banhos de sol” são os momentos em que os reclusos não se encontram necessariamente nas celas, podendo passear pelo pátio da cadeia e desenvolver determinadas actividades.

No primeiro sentido, as redes seguem uma lógica ligada à necessidade de sobrevivência e obtenção de determinados ganhos ou supressão de determinadas necessidades. Assim, um recluso pode recorrer a sua teia de relações sociais para obter um objecto determinado, uma informação ou ainda satisfazer uma necessidade. Alguns depoimentos podem ajudar a esclarecer esta constatação:

“Aqui as vezes é preciso ter dinheiro para comprar algumas coisas como cigarros. Quando não tenho eu falo com meus colegas e conhecidos ou vendo uma coisa que posso ter; posso vender meu colchão ou minha manta para conseguir dinheiro” (McDonald, 25 anos, recluso).

“Minha família quase que não traz comida para mim. Assim eu costumo fazer “connections” para conseguir comer bem. As vezes lavo roupa de outras pessoas ou aceito ser mandado para ter dinheiro de comprar cigarros” (Tony, 30 anos, recluso).

Os depoimentos transcritos mostram que as interações sociais entre os reclusos e a necessidade de supressão de determinadas necessidades levam a que estes formem redes sociais nas quais encontram algumas coisas que o recinto prisional não lhes fornece. Assim, se forma uma subdinâmica dentro de um sistema institucional mais amplo. Observa-se também o desenvolvimento de comércio informal de pequena escala e que “alimenta”, em parte, essas redes sociais que se estabelecem entre os reclusos.

Porém, há que considerar também as redes e conexões com o pessoal que vigia e gere o recinto prisional. Aqui observa-se que os reclusos estabelecem algumas relações informais com alguns agentes de vigia de forma a obter certos benefícios tais como, receber visitas por mais tempo comparativamente a outros reclusos, não ser escalado para actividades que sejam consideradas pesadas pelos reclusos. Por exemplo:

“Aqui dentro é proibido utilizar celular mas muitos prisioneiros tem celular. Para você se comunicar com pessoas que estão lá fora, você tem que fazer

contacto com os guardas para não te arrancarem o celular” (Zé, 26 anos, recluso).

“As visitas são muito curtas e às vezes algumas coisas são proibidas de entrar aqui na cadeia. Quando e assim, a malta faz um acordo com os guardas para deixarem algumas coisas passarem dos portões” (Franciano, 28 anos, recluso).

Portanto, pelos depoimentos acima transcritos observa-se que as redes e os contactos informais não se circunscrevem somente aos reclusos, elas envolvem também o pessoal do recinto prisional. São esses contactos informais com o pessoal administrativo que possibilitam a aquisição de bens e serviços legalmente proibidos no recinto prisional ou ainda obter alguns privilégios que os demais não obtêm.

A não ignorar existe também o processo de formação de pequenos grupos de sociabilidade entre os reclusos. Os mesmos não são rigidamente estruturados e nem procuram seguir objectivos comuns a todos seus integrantes; estes se formam das relações de proximidade extra ou intra cadeia, em torno da ideia de origem étnica ou provinciana, entre outros aspectos. O facto é que esses grupos agem como parte de todo o sistema reclusório.

5.5. Instituição prisional vs correcção social do recluso

Um dos pressupostos sob o qual se assenta a ideia da necessidade de manutenção dos indivíduos é precisamente a necessidade de ressocializá-los de forma a corrigir um possível comportamento desviante para, posteriormente, reintegrar o mesmo indivíduo no convívio com os demais membros da sociedade. Neste capítulo procura-se perceber como esse processo se dá mas, tendo em conta o ponto do recluso; como diria Goffman (1975), tratar a questão do ponto de vista do internado.

Os métodos de ressocialização dos indivíduos em instituições totais são vários contudo, seguem, quase sempre, a mesma lógica: privam o indivíduo do contacto com o exterior de todas as formas. Uma dessas formas de privação de contacto com o exterior é o despojamento de bens e

pertences a que os reclusos estão sujeitos; observa-se na B.O. que determinados objectos e coisas são proibidas, mesmo que sejam considerados indispensáveis pelos seus portadores.

Se no exterior o indivíduo manuseava loiça, dormia a hora que quisesse ou ainda, tinha liberdade de locomoção e realização de algumas tarefas, a partir do momento em que ele é integrado na instituição total, ele passa a conviver com uma realidade em que sua vida é administrativamente comandada. É neste momento em que o mesmo percebe que o estilo de vida passa a levar é diferente e terá que adoptar um conjunto de estratégias para se adaptar a essa nova vida.

Contudo, o processo de ressocialização não pára por aqui. Segundo Goffman (1974) a necessidade de controlar os padrões de comportamento dos indivíduos leva a que os mesmos sejam sujeitos a um grupo de actividades que se espera sejam úteis na vida que o recluso levará além cadeia. É lógico que nem sempre essas actividades são do agrado de quem as executa e as vezes as mesmas tem um carácter de castigo do que propriamente reeducação contudo, as mesmas se apresentam como úteis no processo de contagem de tempo em reclusão. Podem ser citados alguns exemplos:

“Temos pessoas que estudam aqui na cadeia. Vão a escola da cadeia central aqui ao lado mas para conseguir isso, a pessoa tem de ser bem comportada e fazer todas as coisas que os chefes mandam fazer” (João, 39 anos, recluso).

“Os bufos nos mandam fazer algumas coisas tipo varrer, fazer carregamentos quando chegam coisas na cadeia. As vezes nós vamos cultivar aqui no nosso pequeno jardim, jogamos futebol” (Pedrito, 52 anos, recluso).

“Aqui na cadeia nós não temos um cozinheiro que vem de lá fora. Há reclusos que foram indicados só para fazer o trabalho de cozinhar e servir a comida que se prepara. Eu faço este trabalho juntamente com outros colegas que estão presos comigo” (Marciano, 26 anos, recluso).

As actividades ajudam os reclusos a passarem o tempo na cadeia porém, ainda assim, pelo facto de acontecerem num espaço isolado e fortemente controlado, as mesmas acabam não distraindo tanto os reclusos como era de se esperar. Existe ainda outro factor: a reclusão, como diria Goffman (1974), tem um carácter punitivo e de castigo e os efeitos que a mesma produz sobre o indivíduo não são aqueles que estão idealizados como devendo produzir.

“Frequentemente as instituições totais afirmam sua preocupação com a reabilitação, isto é, com o restabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do internado, de forma que depois de sair, manterá, espontaneamente, os padrões do estabelecimento (...). Na realidade, raramente se consegue essa mudança e, mesmo quando ocorre mudança permanente, tais alterações não são frequentemente as desejadas” (Goffman, 1974:67).

O que está a ser defendido na ideia acima transcrita é que o padrão de vida que o recluso leva na cadeia não ajuda na sua efectiva correcção. O que acontece é que o indivíduo acaba tendo comportamentos fora do que se esperava depois da reclusão. Um aspecto pode estar relacionado com isso: quando internado numa instituição total o indivíduo é sujeito a grupo de condições e tratamentos que se chocam com os seus princípios e com os estilos de vida que levava em liberdade.

Assim, uma vez na B.O. os indivíduos são tratados como condenados¹⁰ por terem praticado algum delito. Eles não são tratados tendo em conta suas peculiaridades como indivíduos ou ainda como portadores de uma identidade social determinada; pelo contrário, o interno na B.O. é tratado como um perigoso recluso cujo movimento devem ser permanentemente controlados para se evitarem situações de tentativas de fuga ou ainda, alguns distúrbios.

Essa forma de tratar os reclusos faz com que, ao mesmo tempo, sua relação com o pessoal que zela pelo estabelecimento prisional seja de desconfiança permanente. Na B.O. a vigilância é redobrada, o muro é muito alto e a vedação é electrificada. Trata-se aqui de evitar, não somente o contacto com o exterior, mas também de desconfiança em relação a possíveis comportamentos ou actos dos reclusos em virtude de terem sido condenados por alguma razão.

¹⁰ A cadeia de Máxima Segurança B.O. só alberga indivíduos que já foram julgados e condenados.

Independentemente da forma como é tratado dentro da prisão, o recluso produz um sentimento em relação a sua permanência na cadeia. Seja qual for o delito, há sempre o sentimento de grande perda de tempo na cadeia. A impossibilidade de levar uma “vida normal”, de conviver com outros e a repetitiva rotina na prisão é que criam esse sentimento. Pode-se tomar como exemplo alguns depoimentos dados por reclusos:

“Na cadeia nós só estamos a viver por viver, não temos muitas coisas para fazer, só ficamos a assistir as coisas a acontecerem. Não sabemos muito das coisas que acontecem lá fora. Fazer o quê, somos condenados e temos de ficar aqui até cumprir a pena” (Pedrito, 52 anos, recluso).

“Vida daqui é muito puxada e não vejo a hora de sair. Só temos direito a uma visita em cada 15 dias, a comida não é nice¹¹ e só ficamos a nos olharmos. Eu não estou aguentar e estou a ver que no lugar de estar aqui eu podia estar a fazer outras coisas para organizar minha vida” (João, 39 anos, recluso).

“Estar na cadeia não é como estar lá fora a viver. Aqui você não tem família, tem de desenrascar algumas coisas e não pode fazer nada para ter dinheiro. É uma vida muito complicada que não leva ninguém a nenhum lugar” (Gonça, 27 anos, recluso).

Nestes depoimentos se observa que estar na vida causa, ao mesmo tempo, uma sensação de estagnação e uma sensação de tempo ultrapassado sem devido proveito. “Entre os internados nas instituições totais existe um intenso sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa” (Goffaman, 1974:55).

Nestes termos, defende-se que a “recuperação” do recluso passa necessariamente pela manutenção de sua referência com o mundo exterior, tais como, a família, o meio de trabalho, o bairro onde reside pois, a Igreja, quanto mais essas referências forem afastados, mais difícil será

¹¹ Termo de origem inglesa usado para denominar coisa boa.

sua readaptação posterior à sociedade. O que acontece é depois de um longo período na cadeia, o indivíduo se adapta mais à instituição total do que a vida em liberdade.

Portanto, é nestes moldes que se dá à correcção dos indivíduos nas instituições prisionais, mais particularmente na B.O. em Maputo. Aqui procurou-se explorar os métodos que são usados no processo e que efeitos os mesmos produzem nos internados. A ideia defendida é a de que devido as condições nas quais os indivíduos são mantidos em reclusão, a instituição prisional acaba não produzindo os efeitos que era suposto produzir e acaba participando de um processo de “mortificação do eu” pois, isola o indivíduo e o despoja de grandes contactos com o exterior.

5.6. Desvio, rotulação e reinserção social do recluso

As observações e constatações da pesquisa empírica levam a ter que considerar as expectativas que os reclusos constroem sobre a vida depois da cadeia. Neste ponto da monografia procura-se analisar elementos inerentes a construção do desvio e da rotulação relacionando com a ideia de reinserção social do recluso. As análises que a seguir são apresentadas se sustentam nas ideias de Becker (1995) e Goffman (1980).

Becker (1995) apresenta uma teoria bastante interessante sobre desvio e rotulação. Segundo o autor, os grupos sociais definem as regras nas quais os indivíduos devem se comportar e agir sendo que, a transgressão dessas regras pode ser considerada uma prática desviante. Formalmente e de acordo com as leis em vigor no país, os indivíduos condenados são comprovadamente transgressores das normas e, por isso, são condenados a terem que cumprir períodos de reclusão para reverem seus comportamentos.

Porém, há um aspecto subjacente à ideia de desvio que Becker (1995) leva à discussão: a ideia de rotulação. Dito de outro modo, um acto desviante só pode ser considerado desviante na medida em que ele é observado por um outro membro da colectividade e é classificado como desviante. A rotulação consistiria no processo de atribuição de etiquetas e de marcas aos indivíduos em função dos seus comportamentos e dos seus actos. É neste ponto que se pode estabelecer uma

ponte com a ideia de identidades deterioradas ou estigmatizadas, tal como refere Goffman (1980).

Goffman (1980) defende que a sociedade define os padrões de normalidade para cada situação social; tais padrões se assentam na expectativa que a sociedade constrói a volta do que deve ser o comportamento e a acção do indivíduo. Quando o indivíduo aparece fora do quadro definido como normal, ele é portador de estigma, “especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (Goffman, 1980:6).

É nesta lógica de ideias que enquadrámos a situação dos reclusos da B.O; por um lado, estes transgrediram as normas sociais e foram condenados por isso e, por outro lado, os mesmos são, em muitos casos, conhecidos em suas comunidades e, em virtude dos seus delitos, são rotulados desviantes com recurso a etiquetas como “bandido”, “marginal”, “assassino”, “*muyiwe*”¹² entre outras denominações pejorativas.

O facto é que uma vez condenado e uma vez na prisão, o indivíduo carrega etiquetas e rotulações de desviante, algo que pode, de alguma maneira, dificultar o seu processo de reinserção social¹³. Observa-se, entre os interlocutores entrevistados, algum receio sobre o que pode ser a vida depois da reclusão:

“Quando sair daqui eu gostaria de ser recebido com muito amor por parte da minha mulher e da minha família. Quero esquecer tudo que aconteceu e recomeçar a vida e ver se consigo fazer coisas boas. Só não sei o que estão a espera de mim lá fora” (Pedrito, 52 anos, recluso).

“Quando as pessoas sabem que fulano esteve na cadeia, quase todos fogem. Ninguém aceita dar emprego alguém que ficou na cadeia muito tempo na cadeia.”

¹² Termo do Tsonga utilizado para denominar ladrão.

¹³ Victor (2009): a reinserção social está voltada para a reintrodução do condenado no contexto social e vida criar um *modus vivendi* entre ele e a sociedade externa precisando que ambas aceitem as limitações mínimas.

Ficam todos a pensar coisas más a teu respeito e as meninas até tem medo” (Zé, 26 anos, recluso)

“Eu não sei ainda para onde vou depois de cumprir minha pena. Não sei o que as pessoas vão dizer de mim e nem sei como vão me receber na família. A forma como as pessoas vão olhar para mim depende do coração de cada um” (Gonça, 27 anos, recluso).

Dos depoimentos transcritos, observa-se que está patente algum receio e desespero em relação a vida depois da cadeia. Ao sair da reclusão o indivíduo acaba carregando uma marca social, uma etiqueta sobre seu comportamento e um grupo de atributos pejorativos que, de alguma maneira, podem dificultar o seu processo de reintegração social. A abordagem que aqui é desenvolvida não aborda a questão da reincidência criminal mas, há que mencionar que autores como Sengulane (2003) referem que a rotulação e estigmatização do recluso ou ex-recluso podem ter como consequência a reincidência criminal.

Portanto, a ideia defendida neste ponto refere que o processo de rotulação dos indivíduos que já passaram pela cadeia tem implicações no seu processo de reintegração social. Mais ainda, os receios dessa rotulação fazem com que os reclusos tenham dúvidas sobre o que lhes reserva a vida além dos muros da cadeia.

5.7. A cadeia como um espaço de trocas simbólicas e de experiências

Este é o último ponto do capítulo referente a discussão dos resultados da pesquisa. Aqui são apresentadas algumas ideias que levam a outras análises sobre as possibilidades de se estudar o recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico e estruturado. O pressuposto para estas análises tem a ver com o facto da cadeia possibilitar um conjunto de relações e interações sociais entre prisioneiros.

Primeiro, defende-se aqui que a cadeia é um espaço de trocas simbólicas. De acordo com Mead (1934), toda interação social é simbólica pois, envolve a emissão e recepção de gestos e signos que, a priori, devem ter significado comum aos agentes em interação bem como, são produtos

de processos culturais. A interpretação e construção dos significados dos objectos são que vão determinar a acção dos indivíduos numa determinada situação social em que se encontram a interagir com os outros.

O recinto da B.O. é um espaço onde indivíduos em situação de reclusão trocam experiências sobre o quotidiano naquele espaço, conversam sobre muitos assuntos, interagem uns com os outros e falam das suas expectativas de vida quando estiverem em liberdade. Os testemunhos dos reclusos confirmam esta constatação:

“Quando ficamos aqui, damos umas voltas na avenida¹⁴, conversamos e falamos de coisas para não ficar calado o dia todo porque isso é impossível (...). Falamos de maningue cenas¹⁵, algumas não tem interesse” (Franciano, 28 anos, recluso).

“Há um grupo que vai a igreja, outros jogam futebol e outros só ficam a conversar. Há alguns grupos que cantam, outros dançam. Quase uma grupo grande de pessoas fazem coisas para não ficarem frustrados a ver o tempo demorar passar” (Tony, 30 anos, recluso).

Destes depoimentos observa-se que existe uma predisposição para o processamento de relações e interações entre os internos do sistema prisional. Os momentos de interacção entre os internos são os mais privilegiados para situações de trocas de informações e expectativas sobre como vai a vida na comunidade. Provavelmente exista uma relação entre as mesmas e o espaço em que ocorrem contudo, facto é que elas dotam da prisão de um carácter eminentemente social.

Portanto, se levada a sério a possibilidade de análise das trocas simbólicas entre os reclusos, mais análises podem ser produzidas e todas elas vão convergir na necessidade de dar um lugar centralizado ao actor social na análise dos processos e dinâmicas sociais neste caso, dar-se-ia um lugar privilegiado ao recluso na análise do recinto prisional como um espaço socialmente dinâmico.

¹⁴ Na B.O. existe um espaço que os reclusos denominam avenida.

¹⁵ Termo popular usado em Moçambique para designar muitas coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia desenvolve um tema que está orientado para a captação dos processos sociais possíveis no contexto dos serviços prisionais moçambicanos. Procurou-se aqui apresentar elementos que levassem a compreender como o recinto prisional apresenta algumas características sociais que resultam dos processos de interacção entre os reclusos.

A realização deste trabalho levou a produção de importantes informações sobre como é o quotidiano dos internados e que relações e interacções que os reclusos mantêm uns com os outros, e o produto dessa interacção que é a formação de redes e grupos sociais dentro do recinto prisional.

Metodologicamente, a pesquisa empírica combinou a utilização de métodos que permitissem maior campo de possibilidade de “extracção” de informação junto dos entrevistados. Relativamente a abordagem teórica, a mesma esteve orientada para a necessidade de compreender o assunto analisado tendo em conta os pontos de vista dos actores envolvidos.

Por aquilo que foram os resultados apresentados e articuladamente com a teoria e com os conceitos, entende-se aqui que o objectivo de mostrar que a B.O. comporta determinadas dinâmicas foi alcançado. Para mostrar que a B.O comporta dinâmicas sociais utilizou-se como método a observação directa que se baseia em observar os factos sociais pessoalmente no local de pesquisa, e uma entrevista semi-estruturada que se baseiou no contacto directo entre o pesquisador e o informante para que através de conversas obter informações pertinentes para sustentar a pesquisa.

Portanto através dos elementos acima citados ficou-se a saber que os prisioneiros no processo de interacção face-a face que têm no se dia-a-dia acabam por desenvolver certos tipos de relacionamentos, como é o caso de amizade, grupos de pares, de trabalho, e o produto resultante deste processo é a formação de redes e grupos sociais. Os reclusos formam os mesmos entre sim em função de algum interesse que tenham uns com os outros, para poder satisfazer as suas necessidades tais como obter um bem quando o mesmo não tiver, manter contacto com o colega que tiver para o ajudar, quando têm um trabalho pesado para fazer no recinto juntam

esforços em função da relação que possuem para terminar o tarefa, e formam redes com os guardas prisionais também para alcançar um determinado objectivo tal é o caso de poder receber algo que seja proibido na prisão, ver suas visitas por mais tempo, neste tipo de rede os guardas prisionais também saiem a ganhar visto prdirem algo em troca do favor por eles executado.

Formam-se no recinto prisional grupos sociais, estes grupos não apresentam uma estrutura como tal, e os objectivos a serem alcançados podem não ser os mesmos para todos os elementos do grupo, mas são formados em função da afinidade, do local de proviniência dos reclusos, em função de quem detêm mais poder no recinto prisional. Por vezes nestes grupos os seus membros trocam experiências dos crimes por eles cometidos.

Sendo assim ficou demonstrado que há processos de interacção entre os reclusos, algo que cria as necessárias condições para que se formem redes sociais, grupos e determinadas actividades condicionadas à situação de reclusão a que os seus executantes estão sujeitos.

Os dados empíricos mostram ainda que efectivamente existe uma dinâmica social no recinto prisional, há um estilo de vida característico que os reclusos levam na B.O. Um dos primeiros momentos desse estilo de vida é precisamente o acto de enquadrar o indivíduo como mais um elemento da cadeia do que propriamente tendo uma identidade social. O indivíduo é despojado dos elementos característicos que o identificam e se torna apenas um recluso entre tantos outros reclusos.

Levando em consideração estas constatações, considera-se confirmada a hipótese que foi anteriormente levantada. Efectivamente, os resultados patentes na monografia mostram que as relações e interacções sociais que se estabelecem no recinto prisional possibilitam a criação de redes sociais, a formação de um determinado tipo de relações e de grupos entre os prisioneiros.

Há uma complexa rede de relações entre os prisioneiros, e entre os prisioneiros e o pessoal administrativo e as mesmas são um resultado das interacções que estes actores mantêm entre si. Não se considera completamente esgotado o assunto analisado, sendo necessárias novas abordagens sobre as dinâmicas sociais dos recintos prisionais. A primeira proposta para futuros

estudos seria a que já foi avançada, estudar o recinto prisional como espaço de trocas simbólicas e de experiências. Se seguida esta linha de investigação, muitos aspectos inerentes as subjectividades da população prisional podem ser desvendados e pode-se abrir espaço para maiores discussões no assunto nas ciências sociais.

Outra linha de investigação que pode ser seguida é do campo da Sociologia das Desigualdades e Estratificação Social. Nas cadeias forjam-se as mais diferenciadas relações e interacções sociais e as mesmas se estruturam em relações de poder e de desigualdades sociais, quer entre reclusos, quer entre reclusos e pessoal administrativo. Assim, seria interessante abordar essas relações de poder, perceber que lógicas as estruturam e como as mesmas funcionam.

BIBLIOGRAFIA

BARATTA, Alessandro, *Criminologia Crítica E Crítica Do Direito Penal: Introdução À Sociologia Do Direito Penal*, 3 Ed, Rio De Janeiro: Instituto Carioca De Criminologia, 2002, P183-184.

BECKER, Howard S. *Uma Teoria Da Acção Colectiva*. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1995.

BRITO, Luís De. *Os Condenados De Maputo*. Maputo: Programa Do PNUD De Apoio À Justiça, 2002

CASTRO, Celso António Pinheiro De, *Sociologia Geral*, Atlas Ed, S.Paulo, 2000, Pg 203

DEMO, Pedro. *Metodologia Do Conhecimento Científico*. São Paulo: Editora Atlas, 2000

FERREIRA, J. M. Et Al. *Sociologia*. Lisboa: Mcgraw-Hill Editora, 1995.

FERNANDES, Scarance, António, *Teoria Geraldo Procedimento e o Procedimento no Processo Penal*, São Paulo, pg352, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A Representação Do Eu Na Vida Cotidiana*. 6ª Edição. São Paulo: Zahar Editores, 1975.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre Manipulação Da Identidade Deteriorada*. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Manicómios, Prisões E Conventos*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1974.

LAKATOS, Eva Maria, Et Al. *Sociologia Geral*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2006.

LDH. *Relatório Sobre A Situação Dos Direitos Humanos Em Moçambique 2010*. Maputo: Liga Dos Direitos Humanos, 2010

MAIA, Rui Leandro. *Dicionário De Sociologia*. Porto: Escolar Editora, 2000.

MEAD, H, Gorge, Me, Myself and Society, Zahar ditora, 1934

NEGRÃO, José. *Os Centros Prisionais Abertos Em Moçambique*. Maputo: S.E. 2001.

SANTOS, L. M E SHELLE, S.G. *Relatório Preliminar Do I Inquérito Nacional Sobre A A Criminalidade, Delinquência E Situação Prisional Em Moçambique (Zona Sul)*. Maputo: Cidel, 1999.

SENGULANE, Adozinda Eurídes. *Instituição Prisional – Influências Das Práticas Quotidianas Na Reabilitação Dos Reclusos. O Caso Da Cadeia Central Do Maputo*. Maputo: UFICS/UEM, 2003.

SILVA, José De Ribamar Da. *Prisão: Ressocializar Para Não Reincidir*. Curitiba, 2003.

SNAPRI. *Relatório Do Primeiro Encontro Nacional Dos Serviços Prisionais*. Maputo: Ministério Da Justiça, 2010.

SOUSA, Queila. *O Tempo Das Redes*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

SÁ, Alvinho Augusto De. Justiça Restaurativa: Uma Abordagem À Luz Da Criminologia Crítica No Âmbito Da Execução Da Pena Privativa De Liberdade. *Revista Do Conselho Nacional De Política Criminal E Penitenciária*, Brasília, v1, nº 20, pg 18, 2007, disponível em <<http://www.mj.gov.br/main.asp>, acessado em 10 Maio de 2010.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA Júnior, Pena E Constituição: Aspectos Relevantes Para Sua Aplicação E Execução, São Paulo: Revista Dos Tribunais, 1995.

HEDGES, David, Chilundo, Arlindo, A Contestação da Situação Colonia 1945-1961, Moçambique no auge do Colonialismo, 1930-1961, Maputo, UEM, Departamento de História, 1993

ANEXOS

ANEXO 1: Guião de questões dirigidas aos prisioneiros

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO

1. Nome (opcional)
2. Idade
3. Estado Civil
 1. Solteiro
 2. Casado
 3. Em união de facto
 4. Separado/divorciado
 5. Viúvo
4. Número do agregado familiar
5. Formação escolar
 1. Nenhuma
 2. Primária
 3. Secundária
 4. Média
 5. Técnica-profissional
 6. Superior
 7. Outra, especifique
6. Experiência Profissional

PARTE II: DA RECLUSÃO E INTEGRAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

7. Qual foi o delito que cometeu?
 1. Furto
 2. Assassinato
 3. Outro, especifique.

8. Há quanto tempo está em reclusão?
9. Como foi recebido quando chegou aqui na cadeia?
10. Na vossa chegada obedecem a algum tipo de recepção para a vossa chegada?
11. Como tem sido o vosso dia-a-dia aqui na prisão?
12. Como é que vocês estão organizados?
13. Vocês tem feito compras ou trocas aqui na cadeia? Se sim diga como são efectuadas
14. Qual é o tipo de amizade que constrói durante o tempo que chegou até hoje e como fez tais amigos?
15. Como tem sido a vossa relação (entre vocês prisioneiros)
16. E como tem sido a vossa relação com os funcionários aqui da cadeia?
17. Quais são as normas para a recepção de visitas?
18. Como espera ser recebido quando sair daqui?
19. Qual é a tua apreciação sobre a situação prisional?
20. Tem mais algum comentário a fazer?

ANEXO 2: Guião de questões dirigidas ao pessoal administrativo da cadeia

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO

1. Nome
2. Categoria que ocupa

PARTE II: SOBRE AS ACTIVIDADES DA B.O.

3. Como tem sido o dia a dia com os reclusos daqui da B.O?
4. Como eles tem se comportado?
5. Quais são os delitos mais comuns da população prisional aqui presente?
6. Qual é o vosso papel no controle dos comportamentos dos reclusos?
7. Que actividades desenvolvem para ocupar os reclusos?
8. Já presenciaram uma situação de motim dos reclusos?
9. Acha que a prisão ajuda na reeducação dos reclusos?
10. Quer tecer algum comentário sobre o sistema penitenciário?